

# Programa REVIVE

## MOSTEIRO DO SALVADOR DE TRAVANCA

Daniela Simões (IHA-FCSH-UNL)



**Fig.1** – Vista actual da torre (esq.), igreja (centro) e dependências monásticas (dir.) pertencentes ao antigo Mosteiro do Salvador de Travanca  
Fonte: Site Programa Revive

### 1.INTRODUÇÃO

O Mosteiro do Salvador de Travanca, composto actualmente pela igreja românica de invocação ao Divino Salvador, torre medieval, antigo complexo monástico e terrenos outrora pertencentes à antiga cerca do mosteiro, encontra-se localizado na designada Rua do Mosteiro, Freguesia de Travanca, Concelho de Amarante, Distrito do Porto.

Este cenóbio, cuja fundação se crê anterior à formação da nacionalidade (séc. XI), pertenceu até 1834, ano oficial da extinção das ordens religiosas masculinas em território português, à Ordem de São Bento, integrando a malha de casas monásticas beneditinas que, durante a Idade Média, foram povoando a região de Entre Douro e Minho. Estas acabariam por demonstrar um papel central no processo de cristianização, repovoamento e ordenamento do território no contexto da reconquista cristã e, posteriormente, na consolidação política, económica e territorial das fronteiras nacionais após a formação do Reino de Portugal.

O facto de o antigo complexo monástico de Travanca se inserir na região do Vale do Tâmega, caracterizado pela presença de um núcleo de património românico considerável, levou a que, tal como havia acontecido em 2008 para as edificações congéneres do Vale do Sousa, esta região passasse também a integrar a Rota do Românico, projecto no qual a igreja de Travanca se encontra incluída desde 2012. O enfoque da Rota do Românico no estudo e valorização das estruturas românicas das regiões do Sousa e Tâmega conduziu a que, no caso

de Travanca, mas também de outros antigos complexos cenobíticos da região, as antigas dependências monásticas, maioritariamente reformuladas durante os séculos XVII e XVIII, fossem alvo de uma atenção menos aprofundada, não integrando as estruturas abrangidas, até ao momento, pelo projecto.

## **2. HISTÓRIA**

### **O Mosteiro de Travanca no contexto da edificação dos mosteiros beneditinos na região de Entre Douro e Minho**

Ainda que cada casa monástica da Ordem Beneditina apresentasse, quer ao nível da sua localização geográfica, quer da estrutura arquitectónica adoptada, particularidades e condicionantes, verifica-se, de um modo geral, que as mesmas se situavam em meios rurais, em zonas de vales férteis, com cursos de água, de forma a favorecer a prática agrícola, actividade que constituiria, ao longo dos vários séculos, o grande sustentáculo dos mosteiros beneditinos. Para além da igreja e complexo monástico adjacente, estes eram normalmente compostos por uma cerca que demarcava os limites das propriedades de cada mosteiro, frequentemente compostas por significativas parcelas de terreno. As mesmas eram cultivadas pelos próprios monges, não fosse o lema da Ordem de São Bento *Ora et Labora* (“Ora e Trabalha”), mas também por irmãos conversos (leigos), que habitavam nas imediações dos mosteiros, garantindo assim o seu sustento.

Os terrenos que eram propriedade dos mosteiros beneditinos (onde se incluem os de matriz cluniacense e cisterciense) provinham, na sua grande maioria, de doações realizadas pela família fundadora e padroeira do mosteiro, ou então de outras que, em testamento, deixavam as suas propriedades à comunidade como garante da sua salvação, ou ainda de aquisições que a própria casa monástica, sob o comando do Abade, ia realizando, como forma de expandir os seus domínios e aumentar os seus rendimentos.

#### **A Fundação do Mosteiro do Salvador de Travanca**

A fundação do Mosteiro do Salvador de Travanca pela família dos Gascos que, como o nome indica, teriam origem na Gasconha, região localizada na zona sudoeste do actual território francês, terá ocorrido ainda no século XI. Pensa-se que os seus membros terão participado do movimento de Reconquista dos territórios peninsulares, estando ligados à família dos Ribadouro e também à dos Sousa, duas das principais casas nobres da região dos Vales do Sousa e Tâmega (MACHADO; ROSAS:2008, 254-255).

O ano que tem sido aceite de forma mais consensual como o do firmar da fundação do mosteiro de Travanca é 1008. Este ano surge num documento tido como originalmente encontrado pelo monge Frei João do Apocalipse, no cartório do Mosteiro de Alpendurada (Vila do Bispo, Marco de Canaveses), cenóbio fundado igualmente pela família dos Gascos. Nele, D. Monio (também designado Muninho ou Moninho) Viegas, o Gasco, terá instituído o seu filho, D. Garcia Moniz, como fundador de um futuro mosteiro na sua granja de Travanca no ano de 1046, o qual na era cristã corresponde ao já citado ano de 1008 (SÃO TOMÁS:1974, 253). Assim, e segundo José Coelho dos Santos, “a aceitarmos como certo o que temos vindo a afirmar, concluamos que, de 1008, data em que Garcia Moniz recebeu por doação de seu pai a granja de Travanca com a incumbência de aí fundar um mosteiro, até ao ano de 1066 (ano em que ainda viveria), teve tempo, mais do que suficiente, de realizar o desejo de seu pai” (SANTOS:1969, 29-30).

Independentemente do carácter apócrifo (ou não) dos factos acima descritos, parece ser indubitável a ligação dos Gascos a este cenóbio, verificável “quer através dos direitos de padroado, quer através da ligação simbólica e real ao espaço eclesial e monástico: aqui ingressavam e se sepultavam os descendentes do instituidor, providenciando o controlo em vida e depois em morte através, por exemplo, das missas e lembranças por aniversário do óbito. No caso de Travanca é, por isso, possível que a vontade de Monio Viegas em financiar a edificação um mosteiro na sua granja, pudesse eventualmente tratar-se de uma *reedificação*, que pretenderia dignificar uma comunidade de cenobitas já aí existente, organizando-a, dotando-a de instalações apropriadas, bem como de terrenos capazes de assegurar a sua auto-suficiência. Por outro lado, com esta fundação, a família veria o seu nome propagado, bem como beneficiariam de um panteão familiar, símbolo de estatuto social e poder económico.

### **O Mosteiro na Idade Média**

A história do Mosteiro de Travanca durante o período medieval é dificultada quer pela ausência de documentação, quer pelo facto de pouco ou nada ter restado das antigas dependências monásticas medievais, renovadas ao longo dos séculos XVII e XVIII. As excepções são as já mencionadas igreja e torre, ainda que também estas tenham sido alvo de algumas modificações e “actualizações estilísticas” ao gosto da época moderna, cuja grande maioria acabou por ser eliminada aquando das intervenções da DGEMN, já no século XX.

Para os historiadores que se debruçaram sobre a fundação e edificação do mosteiro de Travanca parece claro que, à igreja que hoje se encontra local, precedeu uma outra, datada do

século XII, da qual foram reaproveitados alguns elementos arquitectónicos e decorativos em pedra, que integram a actual igreja, cuja construção terá decorrido durante o século XIII.

Segundo Manuel Real, “é em Travanca que encontramos o modelo acabado da igreja beneditina portuguesa” (REAL:1982, 120), enquanto Carlos Ferreira de Almeida afirma que esta constitui “a mais notável igreja românica” (ALMEIDA:2001, 122) da região de Amarante, depreendendo-se assim o lugar de destaque que a igreja de Travanca ocupa no panorama, nas demais das vezes modesto, da arquitectura românica portuguesa. “A sua monumentalidade é-nos não só confirmada pela sua planta, mas também pela presença de uma torre isenta, a mais elevada da nossa medievalidade, assim como pelos motivos escultóricos que aqui se abrigam (...). Composta por três naves definidas por quatro tramos e cobertura de madeira assente sobre arcos diafragma, [a igreja] apresenta uma cabeceira composta por dois absíditos abobadados de planta semicircular que ladeiam uma capela-mor hoje profunda e rectangular, fruto de uma ampliação realizada durante a Época Moderna” (BOTELHO; RESENDE: 2014, 247).

No que concerne às dependências monásticas medievais do cenóbio de Travanca, a observação de plantas medievais de outros mosteiros beneditinos permite formular que estas estariam localizadas junto à ala sul da igreja, tendo a reconstrução da Época Moderna ocupado a área outrora preenchida pelas dependências medievais. De notar certamente o impulso construtivo de que o mosteiro deverá ter beneficiado após a outorga da carta de couto por parte de D. Teresa por volta de 1120, de tal forma que, se por um lado a outorga da carta de couto terá impulsionado um maior desenvolvimento e acrescentado um maior prestígio à casa de Travanca, por outro depreende-se que, aquando desta doação, o mosteiro já teria um prestígio considerável, capaz de o tornar merecedor de tal distinção.

As instalações monásticas medievais de Travanca terão albergado a respectiva comunidade de monges beneditinos até meados do séc. XVII, altura pela qual, e na sequência da reforma da Ordem derivada das disposições tridentinas e da formação da Congregação de São Bento (1569-1570), uma renovação geral das casas monásticas beneditinas é iniciada, prolongando-se pelos séculos XVII e XVIII.

### **O Mosteiro na Época Moderna**

As vicissitudes experimentadas pela Igreja Católica, que o Concílio de Trento (1545 e 1563) procurou combater através de uma profunda reforma das suas estruturas e instituições, abrangeu igualmente a actividade das ordens monásticas, tentando, através da implementação de um conjunto de medidas, o regresso da disciplina e da prosperidade aos mosteiros. Os

vários cenóbios beneditinos que haviam chagado ao século XVI e que, à época, integravam as Dioceses de Braga e do Porto, foram gradualmente sendo inseridos na Congregação de São Bento, organismo unificador de todos os cenóbios da Ordem em território português.

O Mosteiro de Travanca participou igualmente deste processo de reformas empreendidas pela recém-formada Congregação Beneditina. Sabe-se que em 1568, aquando de uma visita realizada ao mosteiro, ordenada pelo Cardeal D. Henrique, e registada nos *Estados dos Mosteiros de São Bento e de Santo Agostinho no Arcebispado de Braga* (1568), é referido que o cenóbio de Travanca revelava uma necessidade urgente de obras de requalificação. Estas terão sido, ao que tudo indica, projectadas por Frei João Torriano, “arquitecto e autor de obras em vários mosteiros” (MORENO; DIAS; MARQUES; RAMOS:1997, 19) e iniciadas a 17 de Maio de 1671 (CRAESBEEK:1992, 288).

O plano arquitectónico de reconstrução seiscentista elaborado para Travanca segue genericamente os restantes projectos de requalificação levados a cabo para as casas monásticas beneditinas no período pós-tridentino. . O conjunto de dependências segue a orientação “canónica”, desenvolvendo-se ao longo da ala sul da igreja, prolongando-se a fachada principal do mosteiro, virada a norte, num plano mais avançado relativamente ao volume da igreja. O desenho dos alçados reflecte a linguagem do espaço interior, nos planos geralmente regulares, marcados por vãos múltiplos, numa uniformização dada pelas aberturas, de tal modo que enquanto no piso térreo predominam as janelas perspectivadas, no piso superior prevalecem as de sacada, frequentemente transformadas em varandim.

De salientar ainda que, à excepção do alçado norte do mosteiro, por onde se efectua a entrada, e cuja superfície parietal se encontra rebocada e caiada, nos restantes alçados existe um predomínio de superfícies graníticas, provocando assim um forte contraste de texturas e cromatismo, igualmente verificável ao longo do interior do conjunto. Tal como em todos os mosteiros, o claustro constitui “o coração” do complexo, sendo em volta deste que se dispõem e organizam as várias dependências e espaços do cenóbio.

Apesar das várias vicissitudes e adaptações a novas funções sofridas pelo mosteiro ao longo dos séculos XIX e XX, crê-se que o conjunto da época moderna tenha chegado quase na totalidade até aos nossos dias, destacando-se pela grande volumetria e robustez dos vários corpos que o compõem. De um ponto de vista estilístico, o Mosteiro de Travanca denota, tal como a respectiva igreja, uma miscigenação de propostas de teor mais erudito com outras de cariz mais regionalista, predominantes na maioria das edificações religiosas de seiscentos. Assim, soluções decorativas ancoradas numa tradição (tardo) maneirista dialogam com a simplicidade e austeridade dos volumes paralelepípedicos e compactos caros ao *estilo chão*.

A planta do mosteiro apresenta fundamentalmente um formato quadrangular, havendo a este e a oeste um prolongamento das alas monasteriais devido à inclusão de varandins, destacando-se ainda a norte o corpo paralelepípedo que se desenvolve ao longo da fachada principal e que constitui, por isso, a secção do mosteiro mais longínqua face ao claustro. As alas este e oeste, em algumas secções, apresentam um desnivelamento que possibilita a formação de um piso subterrâneo (227m<sup>2</sup>), cujas dependências seriam utilizadas para armazenamento de materiais e víveres. Para as coberturas do conjunto foi utilizada a telha, apresentando os telhados na zona do claustro um formato de duas águas, enquanto nas zonas de prolongamento acima mencionadas se empregou a tipologia de três águas.

No piso térreo (1709m<sup>2</sup>) estaria situada a portaria, zona pela qual se acedia ao interior do mosteiro e que, por esta razão, congrega um maior empenho decorativo. No exterior, a entrada encontra-se decorada com pilastras de granito, um nicho contendo uma imagem de Santa Escolástica, ladeado por dois colunelos em formato de cariátides de talhe ingénuo, e dois pináculos piramidais com esferas junto à cobertura. Já no interior da portaria, destaque para a fontanário em granito com dois mascarões e um nicho presente na parede do fundo, bem como para os lambris de azulejos de tapete seiscentistas, cujo padrão de módulo 2x2 é composto por motivos de entrançados e floreados em azul, amarelo e branco. Ainda na portaria, ao fundo e à esquerda, abria-se a passagem para o claustro.

No piso térreo, na ala norte, estaria situada a casa do recibo e a hospedaria, na ala oeste, as zonas de arrumos e celeiros, bem como voltada nesta direcção a galeria composta por três arcadas de volta inteira, que sustentam o varandim do piso superior. Na ala sul localizar-se-ia o refeitório, o qual ainda contém o respectivo púlpito, armários em granito embutidos e uma porta de passagem (hoje fechada) para a cozinha e sala de fogões do mosteiro. Estas duas divisões seriam assim contíguas ao refeitório, a partir das quais se teria acesso às despensas de carne e fruta, à adega e lagares. A fechar a ala sul, e em alinhamento de simetria com o primeiro varandim voltado a oeste, encontram-se as arcadas correspondentes ao segundo, voltadas a este. Passando para o lado este, que se encontra genericamente alinhado com a cabeceira da igreja, nele situar-se-ia a sala do capítulo, sendo esta ala ainda composta possivelmente pelo calefactório e pela primitiva biblioteca, situada de forma contígua e comunicante com a sacristia da igreja.

Relativamente ao piso superior (1913 m<sup>2</sup>), este estaria maioritariamente reservado aos dormitórios dos monges, dependências do abade, noviciado e enfermaria. As suas alas apresentam, por isso, uma grande compartimentação de espaços, bem como uma maior uniformização ao nível dos materiais e técnicas construtivas empregues, o que produz ritmos

e cadências arquitectónicas bastante distintas das do piso térreo. Partindo da escadaria principal do mosteiro que liga os dois pisos, situada na ala norte, através do claustro ter-se-ia acesso à parte superior do corpo de prolongamento, onde estaria localizado o noviciado, que no complexo de Travanca seria formado por cerca de cinco celas.

Regressando à escadaria, tinha-se acesso à quadra norte do claustro, ao longo da qual se situavam as várias entradas para as dependências do Abade que genericamente compunham as restantes divisões desta ala. Para além da sua proximidade face à igreja, as dependências abaciais continham normalmente um recheio de mobília significativo (BRANDÃO:1987, 116). Crê-se, no entanto, que no século XVIII, a biblioteca do mosteiro tenha sido transferida para a última destas divisões, cuja decoração almofadada da porta e o seu emolduramento e coroamento com frontão contracurvado e escudo em granito, reiteram a importância deste espaço no contexto do edifício.

Já a ala oeste seria ocupada possivelmente pela enfermaria, a qual, sem local definido nos programas de arquitectura monástica beneditina, se situava nas demais das vezes numa das alas dos dormitórios, acompanhada pelos espaços da farmácia e da botica. Do mesmo modo, no lado oposto, na ala este, encontra-se um espaço formado por uma única divisão, de dimensões significativas, que terá originalmente constituído um dormitório comum, ao qual sucederiam “os quartos ou celas individuais, estendidas pelos andares superiores das diferentes alas sobre o claustro” (MORENO; DIAS; MARQUES; RAMOS: 1997, 31).

Em Travanca, a ala sul seria ocupada por dormitórios compostos por celas individuais, destinados aos monges professos, cuja entrada era realizada através da respectiva quadra do claustro. A grande maioria destas celas apresenta junto a um dos lados da janela um estreito banco de pedra, destinado aos momentos de meditação e contemplação dos monges, e junto ao outro uma mísula criada para a colocação de um pequeno candelabro para iluminação da cela. Como o pavimento, também o tecto das celas do mosteiro de Travanca estaria forrado a madeira, sendo as paredes rebocadas e caiadas de branco.

Por fim, em ambas as extremidades da ala sul situavam-se dois varandins, respectivamente virados a este e a oeste. Estes constituíam espaços de recreio e fruição para os monges, pelo que neles se encontram bancos corridos em pedra embutidos na parede, a qual é ornamentada com recurso a revestimento azulejar de padrão idêntico ao encontrado nos lambris da portaria do mosteiro.

Relativamente ao claustro de Travanca (358m<sup>2</sup>), este congrega as principais características dos claustros beneditinos portugueses do período pós-tridentino “O piso inferior é geralmente definido por arcos de volta perfeita assentes sobre colunas da ordem

toscana e o piso superior por janelas de sacada, que arrancam da cornija que divide os pisos em dois registos horizontais” (DIAS:2014, 372). Todas estas características são verificáveis no referido claustro, o qual integra a tipologia mais comum de claustros beneditinos, em que cada quadra é composta no piso térreo por sete arcos de volta inteira, e três janelas de sacada no sobreclaustro (DIAS:2014, 373), alinhadas com as arcadas de forma alternada.

Este é, por isso, um dos espaços mais ritmados de todo o complexo monástico, bem como um dos que mais beneficia do contraste cromático e de texturas criado pelo emprego simultâneo do granito e da alvenaria caiada. O pavimento das quadras é composto por lajes, contendo a do lado este nove sepulturas no chão. De destacar ainda, na quadra sul, a localização do segundo fontanário, o qual segue na generalidade o modelo do primeiro, havendo apenas a substituição dos mascarões por relevos escultóricos de dois corações trespassados, estando o nível superior ausente de qualquer nicho ou elemento decorativo.



**Fig.2-** Vista geral do claustro do mosteiro de Travanca, com a marcação de ritmos definida pelas arcadas de volta inteira apoiadas em colunas toscanas. Quanto aos terraços pertencentes a esta quadra, ainda para o contraste criado entre o emprego do granito e da alvenaria caiada.

à cerca do mosteiro, pensa-se que estes terão igualmente beneficiado da reorganização e modernização

implementadas pelos beneditinos nas suas propriedades, e que terão levado a uma melhoria e expansão da prática agrícola também em Travanca. Partindo da descrição e da proposta de organização das diferentes áreas agrícolas pertencentes à cerca do mosteiro de Tibães (FONTES: 2004, 131), crê-se que também em Travanca estas se dividiriam em três partes: uma primeira, mais próxima do complexo monástico, onde se situariam as hortas, pomares, vinha e olival, uma segunda, mais afastada, destinada a pastoreio do gado e a campos de cultivo de cereais, e uma terceira, de maiores dimensões, composta por bosques e matas, povoados por espécies autóctones.

Na actualidade, nos terrenos que envolvem o mosteiro ainda se encontram vestígios desta prática agrícola de séculos anteriores, desde logo na preservação de partes da antiga cerca, bem como de pequenos cursos de água que atravessam estes terrenos, continuando a



ser utilizados por agricultores locais. Existe ainda na parte noroeste da antiga cerca a estrutura de um moinho, hoje desactivado, sendo os terrenos circundantes do mosteiro utilizados para o cultivo da vinha e do milho, plantações já praticadas pelos beneditinos.

### **O Mosteiro na Época Contemporânea (séculos XIX a XXI)**

As informações fornecidas pelos “Estados Gerais” do Mosteiro de Travanca permitem constatar que, durante a segunda metade do século XVIII, o cenóbio beneficiou de várias campanhas de reconstrução, redecoração e aquisição de bens, destinados quer à igreja, quer às dependências monásticas. Porém, o final do século XVIII e a conjuntura de crise trazida pelo novo século acabariam por dar origem a um processo de penalização para as ordens religiosas, que culminaria, em 1834, com o seu decreto de extinção.

Com a eclosão das Guerras Peninsulares (1807-1814), na sequência das invasões francesas, os bens e rendimentos da ordem beneditina (assim como de várias outras ordens) sofreram um abalo considerável, desde logo devido ao abandono do cultivo dos terrenos das comunidades monásticas por parte dos leigos e ao não pagamento das rendas e dizimarias estabelecidas. Às baixas de produtividade agrícola, somou-se o recrutamento de noviços nos mosteiros por parte da Coroa para integrarem o exército e ainda as destruições e pilhagens e incêndios causados pelas legiões francesas aquando da sua passagem pelo território nacional, tendo os mosteiros sido um dos seus alvos preferenciais.

Com a Revolução Liberal de 1820, várias leis foram criadas no sentido de obliterar um conjunto de direitos e prerrogativas associados às Ordens monásticas que tinham ainda a sua origem nas respectivas cartas de couto medievais de que muitas das casas monásticas. Em 1822 foi proibido o ingresso de noviços nos mosteiros e conventos, tendo estas medidas sido rematadas pelo Decreto da Extinção das Ordens Religiosas de 30 de Maio de 1834, resultante da iniciativa de Joaquim António de Aguiar, então Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça do governo liderado por D. Pedro IV.

Com este decreto, todos os conventos, mosteiros, colégios e hospícios masculinos de todas as ordens religiosas foram extintos. Os bens móveis e imóveis das casas monásticas extintas foram nacionalizados e integrados na Fazenda Nacional, sendo muitos destes espaços e seus recheios posteriormente vendidos a particulares ou então adaptados a novas funções de cariz laico (hospitais, escolas, quartéis, ...). Contudo, muitos dos antigos espaços, após a sua desocupação pela ordem religiosa, entraram num processo de abandono e degradação, o qual favoreceu pilhagens e o desaparecimento do antigo espólio monástico. Esta foi a situação ocorrida em Travanca, com a progressiva degradação das estruturas do antigo cenóbio ao

longo do século XIX, situação a que a igreja foi poupada, por continuado afecta ao culto, enquanto matriz da Freguesia.

Já durante a I República, e apesar deste cenário, a igreja, a torre e o mosteiro são classificados como Monumentos Nacionais a 27 Janeiro de 1916. No entanto, apenas em 1939, aquando das intervenções de restauro levadas a cabo pela DGEMN, o complexo de Travanca voltará a ser alvo de alguma atenção e acção de restauro, ainda que, como já mencionado, apenas a igreja e a torre tenham sido alvo da campanha de obras desenvolvida. Para além das acções de restauro da igreja e torre, a campanha de obras da DGEMN foi ainda responsável pelo desimpedimento e alargamento terreiro do mosteiro, transformando-o num largo. Para tal, o cruzeiro setecentista aí outrora existente foi recolocado alguns metros mais atrás, bem como o pequeno cemitério da freguesia, antes localizado em frente à entrada da igreja, foi trasladado para o lado norte, contíguo à torre.

Existem referências de que, durante a segunda metade do século, as antigas dependências monásticas de Travanca terão sido adaptadas a Instituto de Regeneração de Menores (BOTELHO; REXENDE:2014, 273), tendo, pela década de 60, estas sido convertidas em hospital psiquiátrico, funções que manteve até 2005, ano em que, devido à já falta de condições do edifício para o cumprimento das funções hospitalares, este foi encerrado. Desde esta data, partes do complexo têm sido utilizadas pela Junta de Freguesia para a realização de actividades lúdicas e para o ministrar de aulas de catequese, numa tentativa garantir uma função e utilização provisórias do edifício até ao início do seu processo de reconversão.

### **3. EPÍLOGO**

As antigas dependências do Mosteiro do Salvador de Travanca encontram-se na actualidade num estado de degradação acentuado, estando a maioria dos espaços devolutos e contendo ainda mobiliário e material hospitalar, deixados no local aquando do encerramento do hospital psiquiátrico. A adaptação à função hospitalar levou à introdução de elementos de betão, criação de escadas e pisos intermédios que alteraram a quota primitiva, bem como à repavimentação e revestimento de certas áreas com materiais que em nada dialogam com as estruturas originais. Houve, por isso, uma compartimentação do espaço que ignorou a estrutura e métrica originais do edifício, com construção de novas paredes, demolição de outras originais, abertura e fecho de vãos, modificando a disposição da planta primitiva.

Ainda que o mosteiro não apresente um carácter de individualidade ou de excepcionalidade na sua construção, sendo esta pautada por uma simplicidade e austeridade

nas formas arquitectónicas e decorativas caras ao estilo chão, o conjunto demarca-se pela sua imponência e coerência nas volumetrias, datando praticamente todos os corpos do mesmo período (segunda metade do século XVII), e apresentando um sentido de robustez que deve ser preservado. O interior deverá ser desimpedido de todo o mobiliário e equipamento hospitalar que ainda ali se encontra, bem como, e sempre que possível, deverão ser suprimidas as alterações no edifício resultantes desta adaptação.

Poucos são os elementos decorativos originais do período de construção e ocupação do mosteiro pela comunidade beneditina que ainda subsistem. São destes exemplos as pavimentações pré-existentes, sobretudo no claustro, dada a existência de sepulturas numa das suas alas, os núcleos de azulejos seiscentistas, os dois fontanários, os dois varandins, o púlpito do refeitório, as molduras ornamentais de portas e janelas, como, por exemplo, a da antiga biblioteca, os bancos da sala do capítulo, os bancos dos antigos dormitórios, a decoração da fachada principal que envolve a entrada na portaria, entre alguns outros elementos que ao longo do texto foram sendo assinalados.

A reconversão das estruturas do antigo mosteiro de Travanca numa unidade hoteleira, sendo uma das partes destinada à instalação de um centro interpretativo da Rota do Românico, apresenta, devido aos reduzidos elementos decorativos subsistentes e à descaracterização das estruturas arquitectónicas operada aquando da reconversão do espaço em hospital psiquiátrico, poucos constrangimentos do ponto de vista da preservação de pré-existências: Devem, no entanto, os elementos acima mencionados serem preservados, restaurados (quando necessário) e integrados no novo plano para o conjunto. Sugere-se também que a disposição e divisão original dos espaços, descrita e identificada aquando da análise da planta do mosteiro, sejam mantidas tanto quanto possível.

No que concerne ao terreno que envolve o mosteiro (34677m<sup>2</sup>) e que outrora integrava a cerca beneditina, este não apresenta, à excepção de pequenos cursos de água e da estrutura do antigo moinho, elementos de maior importância que mereçam ser conservados. Porém, estes elementos, por datarem da ocupação e utilização destes terrenos pelos monges beneditinos, deverão ser conservados e adaptados ao projecto arquitectónico e paisagístico que se pretenda implementar nestes terrenos.

## **BIBLIOGRAFIA**

A.A.V.V., O Mosteiro de S. Bento da Vitória: 400 anos. Porto: Arquivo Distrital do Porto, Mosteiro de S. Bento da Vitória, 1997

A.A.V.V., *REVIVE - Mosteiro de São Salvador de Travanca – Caderno de encargos*. Lisboa: Ministério das Finanças; Direcção Geral do Património e Cultura; Turismo de Portugal, 2017

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da arte em Portugal: o Românico*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

\_\_\_\_\_, *Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa In Revista da Faculdade de Letras*. História, série I, Vol. 02, 1971, pp. 65-116

\_\_\_\_\_, *História da arte em Portugal: o Românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001

BOTELHO, Maria Leonor; RESENDE, Nuno, *Mosteiro do Salvador de Travanca: Amarante In ROSAS, Lúcia, coord. cient., Rota do Românico*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território, 2014. Vol. 2, p. 239-280

BRANDÃO, Domingos de Pinho, *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e na diocese do Porto: documentação IV (1751 a 1755)*. Porto: [s.n.], 1987

CASTRO, João de, *A Igreja de S. Salvador de Travanca*. Monumentos: Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Nº15, Março 1939

COSTA, Sérgio, *O Mosteiro de Tibães: as alas de dormitórios e celas*. Lisboa: Âncora, 2010.

CRAESBEEK, Francisco Xavier da Serra, *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Vol II. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, 1992 [1726]

CRUZ, António Augusto Ferreira da, *Alguns fundamentos económicos e sociais da renovação artística seiscentista na ordem beneditina. In Separata Bracara Augusta*, nº27, 1974

DIAS, Eva Sofia Trindade, *Os claustros nos mosteiros da Congregação de S. Bento em Portugal In Actas do Encontro Internacional sobre Claustros no Mundo Mediterrânico (sécs. X-XVIII)*. Lisboa: IHA-FCSH; MNAA, 2013

DIAS, Geraldo A. C. *Os beneditinos e as vicissitudes do Mosteiro de São Bento da Vitória. In Actas do Ciclo de Conferências Comemorações do 4º centésimo aniversário da fundação do Mosteiro de São Bento da Vitória*. Porto: Arquivo Distrital do Porto, 1997, pp.27-40

FONTES, Luís, *São Martinho de Tibães : um sítio onde se fez um mosteiro: ensaio em arqueologia da paisagem e da arquitectura*. Lisboa: IPPAR, 2004

\_\_\_\_\_, *Mosteiro de São Salvador de Travanca: trabalhos arqueológicos de sondagens, levantamentos e acompanhamento. 1.º relatório de progresso*. Braga: Universidade do Minho, 2012

FRANCO, José Eduardo (coord.), *O esplendor da austeridade: Mil Anos de Empreendedorismo das Ordens e Congregações em Portugal: Arte, Cultura e Património* . Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2011

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1880

- MACHADO, Rosário Correia, *Românico do Vale do Sousa*. Lousada: Valsousa - Comunidade Urbana do Vale do Sousa, 2008
- \_\_\_\_\_, ROSAS, Lúcia, *Rota do Românico*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território, 2014
- MARQUES, José, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (1417-1467)* In *Revista de História*, Vol.1, 1978, pp. 89-182
- \_\_\_\_\_, *A arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980
- \_\_\_\_\_, *O estado dos mosteiros beneditinos da arquidiocese de Braga, no século XV*. In *Bracara Augusta*. Vol. 35, n.º 92, 1981
- MORENO, Humberto Baquero; DIAS, Geraldo A. J. Coelho; MARQUES, José; RAMOS, Luís A. De Oliveira e, *O Mosteiro de S. Bento da Vitória: 400 anos*. Porto: Arquivo Distrital do Porto, Mosteiro de S. Bento da Vitória, 1997
- OLIVEIRA, Paulo João da Cunha, *A Congregação Beneditina Portuguesa no percurso para a extinção*. Viseu: Palimage, 2005
- \_\_\_\_\_, *O estado dos mosteiros beneditinos da arquidiocese de Braga, no século XV*. In *Bracara Augusta*. Vol. 35, n.º 92, 1981
- REAL, Manuel Luís, *A organização do espaço arquitectónico entre beneditinos e agostinhos, no séc. XII*. In *Arqueologia*. N.º 6, 1982
- \_\_\_\_\_, *O românico condal em S. Pedro de Rates e as transformações beneditinas do séc. XII*. In *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*. Vol. 21, n.º 1, 1982
- SANTO TOMÁS, Frei Leão de, MATTOSO, José (ed.), *Benedictina Lusitana*. Lisboa Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974 [1651]
- SANTOS, José Coelho dos, *O mosteiro de São Salvador de Travanca: estudo arqueológico-artístico*. Dissertação para licenciatura na Faculdade de Letras Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1969
- SILVA, Mariana, *Estudo de história do Mosteiro de Travanca. Estudo histórico para futuro projecto de intervenção, salvaguarda e valorização do Mosteiro de Travanca no âmbito da Rota do Românico*. Porto: 2012. Texto policopiado
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de ; GARCIA, Xosé Antón, *A aristocracia e mosteiros na Rota do Românico: a senhorialização dos vales do Sousa, Tâmega e Douro (séculos XI a XIII)*.Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território: Rota do Românico, 2014
- SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento: Guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005